



SENADO FEDERAL  
Diretoria-Geral

Processo nº 00200.021700/2024-67

**Assunto:** Nova Contratação. Pregão Eletrônico. Impermeabilização e revestimento de mármore da cobertura do Edifício Principal. Item 20250213 do Plano de Contratações. **Valor estimado: R\$ 9.086.785,68.** Autorizações e aprovações de competência da Diretoria-Geral e da Primeira-Secretaria.

Senhora Diretora-Geral,

Trata o presente processo de proposta para realização de PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, pelo critério de julgamento MENOR PREÇO POR GRUPO E POR ITEM, destinado à aquisição de equipamentos para áreas industriais do parque gráfico da Secretaria de Editoração e Publicações – SEGRAF e itens de apoio para a execução de atividades rotineiras da Secretaria de Gestão de Informação e Documentação - SGIDOC, sob demanda, ao custo estimado de **R\$ 9.086.785,68** (nove milhões e oitenta e seis mil e setecentos e oitenta e cinco reais e sessenta e oito centavos), consoante especificações contidas na minuta de edital (documento nº 00100.070375/2025-75).

O órgão técnico justifica a contratação, por meio do Termo de Referência (documento nº 00100.064364/2025-56), conforme transcrição a seguir:

[...]

5. Face ao término da vida útil do sistema de impermeabilização, às repetidas reclamações de usuários em relação às infiltrações existentes e às patologias das estruturas verificáveis no Palácio do Congresso Nacional, a recuperação da impermeabilização da cobertura do Edifício Principal torna-se inadiável.

[...]

Por meio do Ofício nº 286/2025-COATC/SADCON (documento nº 00100.070376/2025-10), a COATC/SADCON demonstrou a regularidade da instrução, com destaque para as seguintes informações/documentos carreados aos autos:





SENADO FEDERAL  
Diretoria-Geral

Para a finalidade, a Secretaria de Infraestrutura do Senado Federal elaborou o Termo de Referência de NUP 00100.010120/2025-53, que, após alterações, foi consolidado com todas as informações necessárias à contratação no documento nº 0100.064364/2025-56, o qual, se entendido viável, deverá ser aprovado pela Diretora-Geral, consoante art. 9º, inciso IV do Anexo V do Regulamento Administrativo do Senado Federal.

A deliberação do Comitê de Contratações quanto à Solicitação nº 1860 para dispensa de ETP consta aprovada na Ata da 8ª Reunião de 2024 do Comitê de Contratações, conforme documentado no NUP 00100.039906/2025-52.

A pesquisa de preços que estimou a contratação foi consolidada na Planilha de Estimativas de Despesas sob o documento nº 00100.021409/2025-06 e anexos, projetando-se o custo geral estimado de **R\$ 9.086.785,68**.

A pesquisa conta com Anotação de Responsabilidade Técnica, motivo pelo qual não foi ratificada pela COCVAP, nos termos do art. 18, §3º, do Ato da Diretoria-Geral nº 14/2022.

O valor estimado da contratação enquadra-se nos limites de competência da Primeira-Secretária, sendo que a autorização para o certame, portanto, na forma do inciso I, art. 7.º do Anexo V do Regulamento Administrativo c/c §2º do art. 90 do ADG nº 14/2022, cabe a essa autoridade.

[...]

A COPEL procedeu a análise da minuta de edital, por meio do documento nº 00100.037830/2025-21, e concluiu que a minuta encontrar-se-á regular e adequada para aprovações pela DGER após as alterações sugeridas.

[...]

A ADVOSF, por meio do Parecer nº 234/2025 (NUP 00100.060100/2025-23) analisou os autos e concluiu que observadas as recomendações, a minuta de edital era considerada regular e apta a reger o pretendido certame.

Os autos foram encaminhados ao órgão técnico para conhecimento e manifestação quanto às recomendações jurídicas, o qual se manifestou por meio do NUP 0100.064346/2025-74.

Quanto às recomendações jurídicas referentes à minuta de edital, segue tabela preenchida com as recomendações que **não foram acatadas e suas justificativas**:

RECOMENDAÇÃO DA ADVOSF	MANIFESTAÇÃO DA COATC	MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO TÉCNICO
As exigências para demonstrar a boa saúde econômico-financeira são aquelas usualmente adotadas nas minutas-padrão do Senado.  Não obstante, não foram apresentadas no TR as expressas razões para as exigências estabelecidas, recomendando-se a complementação do TR nesse particular.	Em complemento, esta COATC informa que as exigências de qualificação econômico-financeira são as constantes da minuta-padrão aprovada pela Comissão de Minutas-Padrão do Senado Federal.	Sobre as exigências para demonstrar a boa saúde econômico-financeira, oram utilizadas as usualmente adotadas nas minutas-padrão do Senado em razão de a presente contratação seguir um padrão de regramento e fluxo de pagamentos de outros casos voltados à Secretaria de Infraestrutura. Não vislumbramos, portanto, razões para alterar as exigências.





SENADO FEDERAL  
Diretoria-Geral

Em relação à observação feita pela ADVOSF que: “Não consta dos autos a referida deliberação do colegiado assentindo com a alteração do valor autorizado para a pretendida contratação, o órgão técnico informou: “O adendo consta como autorizado no sistema Senic em 02/2025, de modo que o montante aprovado cobre o custo estimado para a contratação”.

Informa-se que conforme Ata da 1ª reunião de 2025 do Comitê de Contratações (Realizada em 13 de fevereiro de 2025) do SENIC, o Comitê aprovou e deu ciência às alterações do Plano de Contratações do Senado Federal.

As demais recomendações postas pelo órgão jurídico foram acatadas e consolidadas na minuta de edital a ser aprovada pela autoridade competente.

Os autos seguiram, então, para informação da disponibilidade orçamentária, a qual foi confirmada pela COPAC no documento nº 0100.067360/2025-20. A contratação está prevista no item 20250213 do Plano de Contratações.

A versão consolidada da minuta de edital está consignada no NUP 00100.070375/2025-75 e, se entendida regular, deve ser aprovada pela autoridade competente.

[...]

Por derradeiro, o Senhor Diretor da SADCON encaminhou os autos para as deliberações e demais atos necessários ao seguimento do certame, em conformidade com o disposto no Anexo V do RASF aprovado pelo ATC nº 14/2022.

Cabe ressaltar que o prosseguimento do feito está condicionado à deliberação favorável da **Excelentíssima Senhora Primeira-Secretária**, quanto à autorização do certame licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, nos termos do art. 7º, Anexo V, do RASF, aprovado pelo ATC nº 14/2022.

Ante o exposto, esta Assessoria Técnica espousa a recomendação da SADCON, de modo que se opina favoravelmente ao seguimento do processo nos termos propostos na presente instrução.

À consideração de Vossa Senhoria.

Revisado por:

(assinado eletronicamente)

**Kleber Minatogau**  
Assessor Técnico

(assinado eletronicamente)

**Tahmineh Maria Shokranian de Mello**  
Gestora do NASC/ATDGER





SENADO FEDERAL  
Diretoria-Geral

**De acordo.** Acolho a informação técnica e, com fundamento no art. 9º, incisos III, IV, e IX, Anexo V do RASF, aprovado pelo ATC nº 14/2022, passo a decidir:

1. **APROVO** o Termo de Referência (documento nº 00100.064364/2025-56) e a minuta de edital (documento nº 00100.070375/2025-75), nos termos propostos;
2. **AUTORIZO** a despesa estimada no valor máximo de **R\$ 9.086.785,68** (nove milhões e oitenta e seis mil e setecentos e oitenta e cinco reais e sessenta e oito centavos), prevista no item 20250213 do Plano de Contratações; e
3. **DESIGNO** os gestores indicados na PDG.

Encaminhem-se os autos à **Excelentíssima Senhora Primeira-Secretária**, para deliberar quanto à oportunidade e conveniência de realização do certame licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, nos termos propostos.

Havendo deliberação favorável ao seguimento do certame, encaminhem-se os autos à **AADGER** e à **SADCON** para as providências pertinentes.

Brasília, 24 de abril de 2025.

(assinado eletronicamente)  
**ILANA TROMBKA**  
Diretora-Geral





SENADO FEDERAL  
Diretoria-Geral

**PORTARIA DA DIRETORIA-GERAL**

**Nº 2226 de 2025**

**A DIRETORA-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 9º, inciso IX, do Anexo V do RASF, aprovado pelo ATC nº 14/2022, e tendo em vista o que consta do **Processo nº 00200.021700/2024-67**,

**RESOLVE:**

Art. 1º Designar o **Núcleo de Gestão de Contratos de Infraestrutura e Comunicação – NGCIC** como órgão gestor do(s) contrato(s) que se originar(em) do referido processo.

Art. 2º Designar o servidor titular da **Coordenação de Projetos e Obras de Infraestrutura – COPROJ**, e seu substituo imediato, como fiscal titular e fiscal substituto, respectivamente, da(s) mesma(s) avença(s).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 24 de abril de 2025.

(assinado eletronicamente)  
**ILANA TROMBKA**  
Diretora-Geral

